



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

REQUERIMENTO Número /XI ( .ª)  
 PERGUNTA Número 538 /XI ( 2 .ª)

Expeça-se

Publique-se

21 1 101 2016

O Secretário da Mesa

**Assunto:** Sistema de Mobilidade do Mondego

**Destinatário:** Ministro das Obras Públicas e Secretário de Estado dos Transportes

*Ex.º Sr. Presidente da Assembleia da República*

O Sistema de Mobilidade do Mondego é o resultado de muito trabalho desenvolvido ao longo de cerca de 25 anos, fundamentalmente, por pessoas e autarcas que queriam ver o Ramal da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra, servidas por comboio, que desejavam atravessar a baixa de Coimbra e ligar à linha do Norte.

As primeiras reuniões ocorreram em 1986 no Governo Civil de Coimbra, sucedendo-se até à apresentação dos Estatutos da Sociedade de Metro do Mondego aprovado pelas Câmaras Municipais em 1989.

Com a continuidade dos estudos a decorrer foram sendo apresentadas algumas soluções. Em 2000 os estatutos foram alterados por forma a que as autarquias deixassem de ser maioritárias na Sociedade, solução que nos parecia mais compatível com a execução da obra que teria de ser realizada e que, obviamente, implicaria um maior investimento pelo Estado, complementado pelos fundos comunitários.

Finalmente, em Março, foi posto a concurso o troço Coimbra-Serpins, que o Governo de Durão Barroso anulou logo que tomou posse.

Em Fevereiro de 2005 o Governo de Santana Lopes lançou novo concurso mas apenas do troço Coimbra-Miranda do Corvo-Lousã.

Dada a insatisfação manifestada pelas autarquias da Lousã e Miranda do Corvo e das suas populações foi, de novo, anulado o referido concurso.

Depois de novas alterações foi, de novo, equacionado o lançamento de vários troços do projecto completo do ex: Ramal da Lousã. E, foi assim, visível para todos o início da obras desde Serpins,



até Alto de S. João, obras que decorreriam ao longo da linha em obras complementares desenrolando-se de forma coordenada para o bom êxito das várias empreitadas.

Vários projectos tinham, também, sido concursados e aguardavam a sua adjudicação. Com a aprovação do PEC veio a constatar-se não haver verbas para novas empreitadas.

Para além disso com a apresentação do OE 2011 a administração da Sociedade Metro Mondego foi surpreendida com a sua extinção. O Presidente demite-se porque não teve uma única palavra da Tutela. A responsabilidade da Sociedade passa para a REFER

Sempre nos foi dito que o Sistema de Mobilidade do Mondego não estava em causa apenas problemas económicos ou de liquidez financeira por parte da REFER, entidade que assumia as obras, impediam a adjudicação imediata de novos troços.

Assim, venho solicitar a V. Exa., que através dos meios regimentais seja perguntado, ao Senhor Ministro das Obras Públicas e ao Senhor Secretário de Estado dos Transportes, o seguinte:

1. Continuarão a ser executadas as obras adjudicadas?
2. Quando poderão ser adjudicadas novas obras no Ramal da Lousã?
3. Prosseguirão os estudos e projectos do circuito interno da Cidade de Coimbra?
4. Qual o futuro dos técnicos da Sociedade Metro Mondego que neste momento possuem o conhecimento sobre todas as questões técnicas, jurídicas e financeiras associadas ao sistemas?
5. O futuro do Sistema de Mobilidade do Mondego está assegurado?

Palácio de São Bento, 21 de Outubro de 2010.

João Paulo Vitorino  
Antónia Almeida Santos

João Paulo Henriques Sousa Moura Portugal (Horácio Antunes)

Deputado(a)s:

*[Handwritten signature]*